

BRUNO GOMES GUIMARÃES¹
BRUNO MAGNO²
MARCELO KANTER³
RAONI FONSECA DUARTE⁴
SÍLVIA C. SEBEN⁵

Os países centro-asiáticos e as grandes potências mundiais: um estudo das relações exteriores desde as suas independências

Resumo

A região da Ásia Central configura-se como sendo de grande importância estratégica para as relações internacionais de diversos países. Tendo estado sob a influência russa durante os anos de existência da União Soviética, os países centro-asiáticos passaram por uma série de mudanças desde a queda do regime soviético, sendo influenciado tanto por potências ocidentais, como os Estados Unidos e a União Europeia, quanto por potências vizinhas, como a China e a própria Rússia. O objetivo do presente artigo é o de observar como a influência de tais potências estrangeiras na Ásia Central mudou desde o fim da União Soviética em busca de um padrão que ajude a periodizar as relações exteriores dos países centro-asiáticos com relação a essas potências estrangeiras.

Palavras-chave: Ásia Central; China; Rússia; OTAN.

Abstract

The Central Asian region is a place of great strategic importance for the international relations of many countries. Having been under Russian influence during the years of existence of the Soviet Union, the Central Asian countries have been through a series of changes since the fall of the soviet regime, being influenced by Western powers, such as the United States and the European Union, and by neighbor powers, such as China and Russia itself. The goal of this article is to observe how the influence of these foreign powers in Central Asia has changed since the end of the Soviet Union in search of a pattern that helps timing the external relations of Central Asian countries with relation to these foreign powers.

Keywords: Central Asia; China; Russia; NATO.

A pesquisa para o artigo foi realizada com o apoio do UFRGS Model United Nations 2010.

1 Graduando do 7º semestre do curso de Relações Internacionais, UFRGS

2 Graduando do 5º semestre do curso de Relações Internacionais, UFRGS

3 Graduando do 3º semestre do curso de Relações Internacionais, UFRGS

4 Graduando do 5º semestre do curso de Relações Internacionais, UFRGS

5 Graduando do 7º semestre do curso de Relações Internacionais, UFRGS

“(…) aqueles países que mostravam mais compromisso para com os objetivos americanos, tais como Quirguistão e Cazaquistão, aprofundaram suas relações com os EUA”.

1 Introdução

A grande região conhecida como Ásia Central, que atualmente compreende Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, ao longo da história jogou um importante papel nas relações internacionais e na manutenção, ou desequilíbrio, de um modelo de sistema internacional. Essa região teve um papel de protagonismo nas relações internacionais desde a antiguidade como uma das rotas de comércio mais lucrativas do mundo, ligando o Extremo Oriente à Europa.

Por este motivo inúmeros impérios através dos séculos em algum momento já tomaram posse ou exerceram grande influência sobre este território. Persas, turcos e mongóis tinham a região da Ásia Central como parte integrante de seus vastos impérios, os quais, por muitas vezes, ameaçaram avançar em direção ao continente europeu.

Este foi um padrão recorrente no continente Eurasiático, culminando no que ficou conhecido como o “Grande Jogo”, ou seja, a disputa entre Grã-Bretanha e o Império Russo pelo domínio da Ásia Central (JORNADA, 2008). O “Grande Jogo” ocorreu principalmente na segunda metade do século XIX, mas, em tal momento, a disputa não se limitava mais apenas ao controle de lucrativas rotas comerciais, e sim no controle de pontos estratégicos para a segurança e para a defesa dos impérios em questão. Além disso, neste ponto da história a região centro-asiática começou a ser visada também pelos vastos recursos energéticos nela disponíveis.

Desta forma, Halford Mackinder (1861-1947), grande geógrafo inglês, analisando o histórico de conflitos e disputas nessa região desenvolveu sua teoria do *Heartland*. Segundo essa teoria, a região da Ásia Central seria parte integrante do *Heartland*, e a conquista desta região, nas palavras de Mackinder, seria “o Trampolim para a conquista do continente Eurasiático e, dessa forma, do mundo” (MACKINDER, 1942). Esse pensamento ainda se encontra presente, em certo grau, em geoestrategistas contemporâneos como Brzezinski e Mearsheimer.

Deste modo, tendo em vista a grande importância que a região centro-asiática teve e ainda tem sobre as relações internacionais e sobre o equilíbrio do sistema internacional, este artigo propõe-se a analisar as relações exteriores dos países da Ásia Central para com as grandes potências que possuem interesses na região (nomeadamente EUA e OTAN, China e Rússia). E, através desta análise, que abarcará o período da queda da URSS até os dias de hoje, encontrar alguns padrões que auxiliem na compreensão das forças que se encontram em disputa na região, seja na forma econômica, diplomática ou militar.

2 Desenvolvimento

2.1 Relações com as potências ocidentais da OTAN

Assim que os países centro-asiáticos se separaram da União Soviética, em 1991, os Estados

Unidos os reconheceram como Estados independentes e, já no ano seguinte, instalaram embaixadas neles. Do mesmo modo o fizeram os países europeus, que rapidamente seguiram os EUA no estabelecimento de vínculos com aquela região, a qual estivera isolada por quase um século.

A aproximação americana com esses cinco países se deu de forma intensa nos três anos seguintes à dissolução da URSS. Houve várias visitas de alto-nível tanto por parte dos EUA quanto por parte dos centro-asiáticos. Os Estados Unidos estavam buscando na região processos de democratização, estabilidade e abertura econômica, mas, acima de tudo, o bloqueio da “propagação da influência de regimes radicais existentes e a prevenção da criação de novos [regimes radicais]” (ARAS, 1997). Dessa forma, aqueles países que mostravam mais compromisso para com os objetivos americanos, tais como Quirguistão e Cazaquistão, aprofundaram suas relações com os EUA. Já com os outros três – Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão – que não demonstraram nenhum avanço nesse sentido, os Estados Unidos foram mais cautelosos, não estabelecendo uma relação tão profunda; em relação a isso, é importante mencionar que o Tadjiquistão, que passou por uma guerra civil com muitas violações dos direitos humanos entre 1992 e 1997, era o país que tinha o pior relacionamento com Washington.

Os países europeus em geral perseguiram, na Ásia Central, os mesmos objetivos que os EUA, mas também defendiam boa governança, reformas no judiciário e nos serviços públicos e aumento da segurança alimentar, do padrão de vida e da proteção social. Além disso, através da União Europeia (mas não limitada a ela), procuraram aumentar sua influência na região, visto que mais de 200 milhões de euros foram destinados aos países da Ásia Central entre 1991 e 2001. Ainda no escopo da UE, o Cazaquistão foi o país que mais se beneficiou, uma vez que tinha um módulo específico de cooperação, o PCA (*Partnership and Cooperation Agreement*), que foi assinado em 1995.

Ainda em meados da década de 1990, a OTAN, que se encontrava em uma onda de expansão em direção aos países do leste europeu que outrora estiveram sob influência soviética, começou paulatinamente a criar laços com os países centro-asiáticos. Em 1995, sob sua égide, Quirguistão, Cazaquistão e Uzbequistão criaram um batalhão (CENTRASBAT) para as forças de paz da ONU, que durou pouco tempo (WEITZ, 2008, p. 38). Em 1997, foi criado o Euro-Atlantic Partnership Council (EAPC), um fórum multilateral que visava à melhoria das relações entre a OTAN e países não aliados, o qual rapidamente foi aderido pelos cinco países da Ásia Central. O EAPC abrange também os programas de parcerias individuais com a OTAN por parte de não aliados, os Partnership for Peace (PfP), de que os países da Ásia Central começaram a participar já no final do anos 90.

Em 2001, os interesses europeus e americanos convergiram e se manifestaram por intermédio da OTAN. Com os ataques de 11 de setembro e a posterior invasão do Afeganistão, aos inte-

resses já citados foram acrescidos os de combate ao terrorismo e a questão da segurança energética (AZARKAN, 2009). A OTAN foi apoiada por todos os países da Ásia Central em suas operações antiterrorismo. Quirguistão, Uzbequistão e Tadjiquistão ofereceram bases em seus territórios — as bases uzbeque e quirguiz foram aceitas e a tadjique seria utilizada em caso de emergências. Além disso, o espaço aéreo desses cinco países estaria liberado para apoio logístico às operações em solo afegão. Com a sua presença direta na região, as potências ocidentais puderam aumentar exponencialmente a sua influência nos anos subsequentes aos atentados nos EUA. Todos os países desenvolveram PfP em conjunto com a OTAN. Muitos investimentos foram feitos na Ásia Central, fomentando desenvolvimento e estabilidade.

Contudo, em maio de 2005, diante da crise de Andijan no Uzbequistão, na qual muitos civis foram mortos por forças uzbeques, a resposta da OTAN não foi bem recebida pelos países da região. A organização condenou veementemente as ações uzbeques, pediu comprometimento na defesa de direitos humanos e de liberdades básicas, além do estabelecimento de um inquérito independente sobre os eventos de Andijan (NATO, 2005). Através da Organização para Cooperação de Shanghai (OCS), os países centro-asiáticos responderam a essa postura exigindo um prazo para a retirada das tropas ocidentais em bases na Ásia Central, uma vez que consideravam por terminada a campanha antiterrorista no Afeganistão (AZARKAN, 2009). De fato, do território do Uzbequistão as forças da OTAN foram expulsas, com exceção das alemãs. Porém, mediante um aumento do preço do aluguel, a base no Quirguistão pôde ser mantida.

Desde 2005, então, as relações entre as potências da OTAN e os países da Ásia Central foram encaradas com muito receio entre ambas as partes. O estranhamento lentamente está se esvaecendo. Em 2006, o Cazaquistão conquistou investimentos da União Europeia para o setor de óleo e uso pacífico de energia nuclear, também regularizando comércio de materiais nucleares. Em 2007, a UE adotou um plano estratégico próprio para a Ásia Central, sendo que o Cazaquistão ocupa papel central em tal estratégia (JANE'S, 2009).

2.2 Relações com a República Popular da China

Da mesma forma que as potências ocidentais, a China rapidamente reconheceu as independências das cinco repúblicas centro-asiáticas ainda em 1991. A influência e a presença chinesas puderam voltar a ser sentidas na Ásia Central, região que sempre estivera sob a esfera de influência da civilização chinesa, mas que fora contida com a incorporação daquele território ao Império Russo e posteriormente à União Soviética.

Entretanto, por toda a década de 1990, o interesse chinês na região se fundou apenas em

questões práticas. A principal delas, que norteou as relações da China para com três dos novos países centro-asiáticos – Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão –, era a respeito dos limites territoriais. A China, que tivera sérios problemas fronteiriços com a URSS, percebeu que eles herdaram diversos desses problemas tanto entre si quanto consigo. Visto que teria mais poder de barganha para negociar e resolver as questões fronteiriças com as novas repúblicas do que tivera com a União Soviética, a China devotou seus esforços diplomáticos para a delimitação das fronteiras. Com esse intuito, foi criado o grupo Shanghai 5, composto por China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, que também visava a medidas de construção da confiança e de desarmamento. As fronteiras foram exitosamente delimitadas, da mesma forma que se firmaram acordos militares; porém, algumas disputas permaneceram sem solução e ficaram para ser solucionadas na década seguinte (WEITZ, 2008).

Em 2001, quando o Uzbequistão se juntou ao grupo Shanghai 5, este foi renomeado para Organização para a Cooperação de Shanghai (OCS). Os objetivos principais da OCS são os de combater o terrorismo e o separatismo dentro dos territórios de seus países-membros. O primeiro é um problema que aflige todos os seis países, mas separatismo tem maior presença na Rússia e na China.⁶ De modo geral, a organização foi criada para manter a estabilidade na Ásia Central.

Além disso, houve o aumento da influência chinesa na Ásia Central dentro do próprio escopo da OCS, na qual, desde sua criação, afirma que os Estados centro-asiáticos têm direito a criar suas próprias organizações internacionais. Essa é uma perspectiva que vai de encontro às ideias da Rússia em relação à OCS, que vê a organização como um meio para a diminuição da presença ocidental na Ásia Central (MARAT, 2008). No entanto, agrada também os países da região, os quais desejam um maior espaço para a sua atuação no sistema internacional, sem preponderância russa, o que leva o discurso chinês na OCS a ser louvado por eles.

Ainda em 2001, uma vez que a intervenção da OTAN no Afeganistão visava o combate ao terrorismo, a China a aprovou, já que o regime do Talibã supostamente ajudava os rebeldes separatistas uigures da província de Xinjiang (FULLER; STARR, 2003). Entretanto, essas operações deveriam ser breves, visto que a presença ocidental, principalmente a dos Estados Unidos, em um país fronteiriço não seria bem-vinda, fossem outras as condições. Portanto, em 2005, quando a OTAN recriminou as ações do governo uzbeque na crise de Andijan, o governo chinês, por sua vez, decidiu apoiar o Uzbequistão dentro da OCS, a qual exigiu a retirada das tropas da OTAN das bases em países da Ásia Central.

⁶ No caso da China, há grupos separatistas que buscam a independência da região de Xinjiang. No caso da Rússia, as regiões da Chechênia e da Ossétia são os movimentos separatistas mais conhecidos atualmente (MARAT, 2008).

Entretanto, é importante destacar que os interesses chineses na Ásia Central vão além da simples segurança militar. A atuação da China na região centro-asiática desde 2001 se tornou bastante notável. Através de tratados de comércio e relacionados a questões energéticas, bem como com a construção de infraestrutura interligando a região oeste da China a alguns países centro-asiáticos, a sua presença cresceu exponencialmente. Ademais, economicamente a China também tem grande interesse nos recursos naturais da Ásia Central, tidos como vitais.

Em 2005, a *PetroKazakhstan*, empresa extratora de petróleo do Cazaquistão, foi adquirida pela *China National Petroleum Corporation*, principal empresa chinesa em termos de aquisição de energia estrangeira. Esse é um exemplo do grande interesse que a China tem nos recursos energéticos centro-asiáticos. Além disso, exemplifica a expansão dos investimentos externos chineses para fora de suas fronteiras, pois esta foi a primeira aquisição de uma empresa energética estrangeira feita por uma empresa petrolífera chinesa. (AZARKAN, 2009). Também é importante mencionar o fato de que vários projetos de oleodutos e gasodutos desenvolvidos em anos recentes conectam os países centro-asiáticos, tais como o Cazaquistão e o Turcomenistão, diretamente à China, sendo que alguns foram inaugurados recentemente. As fontes energéticas da Ásia Central são de suma importância para a segurança energética chinesa, tendo em vista o aumento expressivo de sua demanda por energia em função do grande crescimento econômico das últimas décadas (WILKINSON, 2002; CUTLER, 2009).

Outro front de atuação da atual presença chinesa na Ásia Central que se relaciona a recursos naturais é a da segurança alimentar. Em função do tamanho da sua população e da falta de terras férteis, o fornecimento de alimentos – especialmente grãos – é uma preocupação que começa a afetar a China. Desta forma, uma solução que o governo chinês vem praticando é o investimento na expansão da produção dos países centro-asiáticos a fim de garantir seu suprimento necessário. Tal atuação está principalmente direcionada ao Cazaquistão, que possui vastos territórios férteis, mas que são pouco utilizados. A fim de tornar produtivas essas terras aráveis, em 2009 o governo chinês demonstrou interesse em alugá-las para que chineses as cultivassem, uma vez que elas têm o potencial de garantir um fornecimento ideal de alimentos para as necessidades atuais chinesas, com a vantagem de serem terras de um país limítrofe (PANNIER, 2009).

Finalmente, a fim de prevenir a ocorrência de levantes civis na província Xinjiang, é necessário que a China coopere com seus países vizinhos da Ásia Central (notadamente com os quais faz fronteira, quais sejam, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão) a fim de impedir que as minorias islâmicas uigures (presentes na região de Xinjiang) criem ou aumentem movimentos terroristas transfronteiriços (FULLER; STARR, 2003). Por causa disso, muitos investimentos chineses foram

realizados nessa região como forma de desenvolvê-la. O foco se dá em setores que a própria China pode aproveitar, tais como de infraestrutura, principalmente a de transportes, e de energia. Assim, os interesses e a influência da China na Ásia Central vêm aumentando de forma significativa nos últimos anos. O início dessa política se deu em 2001 de forma rápida com a criação da OCS, mas a partir de 2005 adquiriu um caráter mais amplo com uma busca incessante de seus interesses na região.

2.3 Relações com a Rússia

Por parte da Rússia, é importante mencionar o fato de que houve um certo desinteresse em relação aos países da região após o desmembramento da URSS. Isso se deveu principalmente ao fato de o governo russo estar mais preocupado com a resolução de problemas econômicos internos, oriundos da queda do comunismo e de sua súbita inserção no capitalismo.

Com esse mesmo intuito de não desestruturar totalmente a sua economia, a Rússia, na década de 1990, procurou manter unidos economicamente os países que fizeram parte da União Soviética através da Comunidade dos Estados Independentes (CEI). A CEI, entretanto, teve um alcance muito limitado, até mesmo infrutífero, muitas vezes por causa da própria Rússia, que se posicionava intransigente contra propostas dos países da Ásia Central. Por causa disso, a influência russa foi bastante limitada nesse âmbito econômico.

Fora o aspecto econômico da CEI, essa organização também possuía uma faceta militar: o Tratado de Segurança Coletiva (TSC), assinado em 1992. Com ele, Moscou assegurava sua presença militar nas ex-repúblicas soviéticas centro-asiáticas, exceto no Turcomenistão, tal qual era durante a época da URSS. Só que, com o desinteresse da Rússia na região, os projetos do tratado ou não foram implementados ou não foram bem sucedidos (WEITZ, 2008).

Os únicos assuntos cujos diálogos de fato evoluíram nos anos 90 foram os fronteiriços. No âmbito do grupo Shanghai 5, a Rússia conseguiu resolver um bom número de querelas com a China e com o Cazaquistão. Como dito anteriormente, esse grupo evoluiu para a OCS em 2001. Para a Rússia, a criação da OCS é uma tentativa de aproximação militar com a China, na busca pelo estabelecimento de uma ordem mundial caracterizada pela multipolaridade, em oposição à unipolaridade americana. Além disso, também é uma maneira de acompanhar o crescimento da influência chinesa na região e assim fazer a sua própria crescer junto.

Em 2002, o Tratado de Segurança Coletiva foi revisto a pedido da Rússia, e a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) foi criada, sendo uma forma de Moscou poder exercer sua influência sobre a Ásia Central, mas sem haver a interferência chinesa. Em vez de ser um acordo de defesa mútua coletiva, como era o TSC, a OTSC também trataria de ameaças internacionais à

paz e à segurança da Ásia Central, de acordo com a vontade russa de que fosse uma organização mais forte. Embora ela tenha obtido grandes sucessos onde o TSC não conseguira, destarte aumentando a influência de Moscou na região, os principais esforços russos de manter a Ásia Central em sua esfera de influência têm se concentrado na OCS, porque através dela os avanços chineses são controláveis. Um exemplo disso é a posição russa a favor do Uzbequistão na crise de Andijan que foi manifestada na e pela SCO, ao invés da CSTO. Ademais, os próprios países centro-asiáticos receiam a CSTO como uma ferramenta de perpetuação da presença russa na região (FROST, 2009).

Por sua vez, a Eurasec, criada em 2000 também com o patrocínio russo, tem por função principal garantir um estreitamento dos laços econômicos e comerciais entre os países da ex-União Soviética que fazem parte da mesma.⁷ Ela foi criada após ficar comprovado o fracasso da CEI em garantir um progresso econômico adequado às ex-repúblicas soviéticas, bem como a promoção da integração econômica entre elas (WEITZ, 2008). Devido ao bom desempenho da economia russa na década de 2000 e à boa-vontade por parte do governo desse país, a Eurasec se desenvolveu bastante em contraste à CEI, recuperando muitos laços com a Ásia Central que a Rússia havia perdido na década anterior.

Por fim, no presente momento, existem vários gasodutos e oleodutos cruzando a Ásia Central, conectando-a à Europa através da Rússia, estruturas essas que foram herdadas da URSS e que atualmente garantem um quase monopólio russo dos recursos energéticos centro-asiáticos. Por causa disso, outros estão sendo projetados evitando-se cruzar o território russo, sendo o Nabucco o principal deles. Por desejar manter a Europa dependente de seu petróleo e gás natural, além de obter privilégios em fontes energéticas da Ásia Central, como alternativa a esses projetos, a Rússia planejou outros. Turcomenistão e Cazaquistão, os países com maior quantidade de recursos energéticos na região, demonstraram fortes interesses nos projetos russos, posto que sejam economicamente mais viáveis do que os defendidos pelos países ocidentais.

3 Considerações finais

Através desta análise das relações dos países da Ásia Central com a China, com a Rússia e com as potências ocidentais, é possível delimitar três momentos distintos que facilitam a compreensão das relações internacionais daqueles países desde a sua independência. O primeiro vai de 1991 a 2001. O segundo de 2001 a 2005, e o último de 2005 até agora.

O primeiro período é caracterizado por uma rápida queda da influência russa e, em con-

7 São membros da Eurasec Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão; o Uzbequistão atualmente se encontra suspenso da organização.

traste, pelo surgimento da norte-americana e da europeia na região. Tanto a Rússia quanto a China foram pragmáticas em suas relações com os cinco países, tratando apenas de matérias muito específicas advindas da independência daqueles. A China, porque estivera ausente, teve sua presença aumentada, mas não de forma significativa. Já a Rússia não se interessou em manter a preponderância que detinha a ex-URSS, praticamente abandonando os governos centro-asiáticos. Enquanto isso, as potências ocidentais procuraram preencher o vácuo deixado, o que conseguiram gradualmente fazer desde 1991. Tudo isso aconteceu, parece claro, com a vontade dos governos centro-asiáticos, que não desejavam mais ser dependentes da Rússia e queriam abrir um leque de possibilidades para suas relações exteriores.

A partir de 2001, entretanto, a situação mudou. A influência das potências da OTAN cresceu vertiginosamente com a sua presença direta na região após os ataques terroristas de 11 de setembro. Não obstante, pelos mesmos motivos que levaram a uma maior preocupação da OTAN, a China e a Rússia voltaram suas atenções à Ásia Central, aumentando as respectivas influências na região principalmente a partir da criação, em 2001, da Organização de Cooperação de Shanghai. Portanto, esse é um período em que a região cresceu em importância, com todas as grandes potências procurando a defesa de seus interesses e ganhar influência. Com isso, os cinco países adquiriram maior espaço de manobra entre elas e tiveram seus interesses atendidos com certa facilidade.

No entanto, 2005 representa um ponto de virada nas relações dos países da Ásia Central. A partir desse ano se iniciou o terceiro e atual período, em que as potências da OTAN perderam influência, pois ficou evidenciada a diferença entre as políticas externas dos países ocidentais e dos centro-asiáticos. Os primeiros buscam democratização e defesa dos direitos humanos, enquanto que os últimos estão mais interessados em segurança interna e estabilidade. Não que estes objetivos não estejam na pauta dos países ocidentais, mas a sua defesa apresenta as pré-condições de democracia e liberdades civis. Enquanto isso, a China começou a ocupar o espaço deixado vago pela OTAN, pois, além dos seus interesses primordialmente energéticos, segurança interna e estabilidade na Ásia Central são de suma importância para a situação interna da província de Xinjiang. Já a Rússia acompanha os movimentos chineses através da OCS, procurando reconquistar a influência perdida na década de 1990. Com todo esse panorama, os países centro-asiáticos têm dado uma preferência maior para as suas relações com a China do que com a Rússia ou com a OTAN.

O que se pode dizer, por fim, é que um novo “Grande Jogo” está emergindo, no qual os principais “jogadores” são Rússia, China e Estados Unidos (através da OTAN). Nesse “Novo Grande Jogo”, a primeira rodada foi de preponderância das relações com o Ocidente. A terceira de relações privilegiadas da Ásia Central com a China. Já a segunda rodada representa um momento de transi-

ção no qual as relações com o Ocidente encontram o seu ápice e as com a Rússia e, principalmente, com a China deixam de ser pragmáticas e começam a crescer e entrar em outras esferas.

Referências

- ARAS, Bülent (1997). "U.S.-Central Asian Relations: a view from Turkey". In: MERIA Journal. Herzliya: Global Research in International Affairs Center, vol 1., n. 1. <<http://meria.idc.ac.il/JOURNAL/1997/issue1/jv1n1a4.html>> (consultado em 1/5/2010).
- AZARKAN, Ezeli (2009). "The Relations between Central Asian States and United States, China and Russia within the Framework of the Shanghai Cooperation Organization". In: *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, vol. 8, n. 3.
- BLANK, Stephen (2009). "Germany and Turkey keep Nabucco on the rocks". In: *Central Asia-Caucasus Analyst*. Washington DC: Central Asia-Caucasus Institute, vol. 11, n. 6, 25 de março.
- CUTLER, Robert M. (2009). "Recent developments in the structuration of the Central Asian hydrocarbon energy complex". In: LEN, Christopher; CHEW, Alvin (eds.). *Energy and security cooperation in Asia: challenges and prospects*. Estocolmo: Institute for Security and Development Policy.
- FROST, Alexander (2009). "The Collective Security Treaty Organization, the Shanghai Cooperation Organization, and Russia's strategic goals in Central Asia". In: *China and Eurasia Forum Quarterly*. Washington DC & Estocolmo: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, vol. 7, n. 2.
- FULLER, Graham; STARR, S. Frederick (2003). *The Xinjiang problem*. Washington DC: Central Asia-Caucasus Institute.
- JANE'S COUNTRY PROFILE. Kazakhstan, 2009.
- JORNADA, Helena Lobato da (2008). *China e Índia no século XXI: Cooperação, competição e distribuição de poder no sistema internacional*. 2008. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Graduação em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MACKINDER, Halford John, Sir (1942). *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*. Londres: Constable Publishers.
- MARAT, Erica (2008). "The SCO and Foreign Powers in Central Asia: Sino-Russian Differences". In: *Central-Asia-Caucasus Analyst*. Washington DC: Central Asia-Caucasus Institute.
- NORTH ATLANTIC TREATY ORGANISATION (2005). *Statement by the North Atlantic Council on the situation in Uzbekistan, 24 May*. <http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_21721.htm?selectedLocale=en> (consultado em 3/5/2010).
- OSCE website: <http://www.osce.org/> (consultado em 20/05/2010).
- PANNIER, Bruce (2009). "Prospect Of Chinese Farmers Brings Controversy To Kazakh Soil". In: *Radio Free Europe/Radio Liberty*, 17 de dezembro. <http://www.rferl.org/content/Prospect_Of_Chinese_Farmers_Brings_Controversy_To_Kazakh_Soil/1906896.html> (consultado em 10/5/2010).

STOBDAN, P. (1998). "China's Central Asia Dilemma". In: *Strategic Analysis*. Londres: Routledge, vol. 22, n. 3.

WEITZ, Richard (2008). *Kazakhstan and the New International Politics of Eurasia*. Washington DC & Estocolmo: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program.

WILKINSON, Nick (2002). *The Modern Great Game*. Camberley: Conflict Studies Research Centre.

